



Moção de Estratégia Global

Direito ao Futuro

Jorge Moreira da Silva

- 1. Mensagem do candidato**

- 2. Liderar uma vaga de reformas capaz de reconquistar o nosso direito ao futuro**
 - 2.1 Modernizar o Estado**
 - 2.2 Aprofundar a democracia e a cidadania**
 - 2.3 Combater a corrupção e melhorar a confiança na justiça**
 - 2.4 Qualificar e digitalizar para uma sociedade mais justa e uma economia mais competitiva**
 - 2.5 Proteger a saúde, combater as desigualdades sociais e enfrentar a crise demográfica**
 - 2.6 Aumentar a competitividade e a produtividade da economia**
 - 2.7 Regular o futuro do trabalho e criar os empregos do futuro.**
 - 2.8 Reduzir a dívida e promover uma fiscalidade mais inteligente**
 - 2.9 Assegurar a coesão territorial e o direito à habitação condigna**
 - 2.10 Combater as alterações climáticas e liderar a revolução energética**
 - 2.11 Proteger a biodiversidade, remunerar os serviços dos ecossistemas e valorizar o capital natural**
 - 2.12 Proteger o Oceano e valorizar a economia azul**
 - 2.13 Aprofundar o projeto político europeu e promover a cooperação internacional**

- 3. Atualizar as linhas programáticas do PSD e clarificar a natureza do nosso relacionamento com outros partidos.**

- 4. Abrir e modernizar o PSD, tornando-o um partido-movimento.**

- 5. Liderar uma oposição enérgica, inconformista, criativa e reformista.**

- 6. Unir o Partido e vencer todos os desafios eleitorais**

1. Mensagem do candidato

Em política o contexto é tudo. E o contexto não poderia ser pior. Vivemos o momento mais exigente dos últimos 70 anos: a uma pandemia que provocou a maior crise económica e social desde a 2ª guerra mundial, sucedeu-se uma escalada da inflação - inédita nos últimos 30 anos - e agora uma guerra com efeitos devastadores na Ucrânia, originando a mais rápida crise de refugiados de que há memória, mas também gerando a escassez e a escalada de preços na energia e nos produtos alimentares à escala global. Em Portugal, enfrentamos uma tempestade perfeita: o mundo mudou a uma velocidade alucinante, o País não se atualizou, nem se reformou, e não pôde contar com o potencial transformador do PSD.

É, pois, chegada a hora de refundar o PSD, de reformar a política e de liderar o crescimento sustentável em Portugal em torno de 5 compromissos:

- Atualizar as linhas programáticas do PSD e clarificar a natureza do nosso relacionamento com os outros partidos.
- Abrir e modernizar o PSD, tornando-o um partido-movimento.
- Liderar uma oposição enérgica, inconformista, criativa e reformista.
- Unir o PSD e vencer todos os desafios eleitorais.
- Liderar uma vaga de reformas capaz de reconquistar o nosso direito ao futuro.

Estas eleições disputam-se num tempo especial e seria imperdoável que, nesta hora, falhássemos aos portugueses. Temos de escolher bem o tipo de futuro que queremos oferecer a um País que tem tudo para vencer – História, língua, cultura, talentos, recursos e posicionamento geoestratégico – mas que está tragicamente adiado. No meio da maior crise dos últimos 70 anos, o governo não sabe para onde vai, nem para onde nos leva e está capturado pelos projetos pessoais e partidários dos seus membros. Um Primeiro-Ministro a pensar num cargo em Bruxelas, meia-dúzia de ministros mais mobilizados pela corrida à sucessão do seu líder partidário do que pela resolução dos graves problemas do País e um Orçamento do Estado

impregnado de fingimento. Que finge taxas de inflação irrealistas; que deliberadamente subestima as receitas; e que, excluindo o efeito do PRR, congela a despesa. Isto é, no meio de uma gigantesca crise social e económica, os funcionários públicos e os pensionistas serão fortemente penalizados, com um nível de atualização dos salários e pensões muito inferior à inflação. Não me recordo de um governo cujo prazo de validade, aferido pelo mérito e pela credibilidade, se tenha esgotado tão depressa.

O PSD tem de estar à altura das suas responsabilidades históricas. Ninguém faz tudo certo, mas nós nunca falhámos a Portugal. Nos momentos mais difíceis dos últimos 48 anos de democracia, foi sempre o PSD a recuperar Portugal. Mas só o conseguimos fazer quando as nossas escolhas internas estiveram sintonizadas com as expectativas dos eleitores. Isto é, tal como sucedeu no passado, a responsabilidade dos militantes do PSD é agora enorme: quando votarem terão de saber interpretar a vontade de todos os Portugueses. Para esses não basta um líder capaz de criticar o governo. É preciso alguém que tenha um plano para Portugal. Que tenha provas dadas na liderança de reformas e na entrega de resultados, tanto no plano nacional como internacional.

Estou na vida política há mais de 30 anos. Procuo orientar-me, sempre, por um quadro de valores e de princípios – integridade, transparência, independência, respeito, trabalho, justiça – e não pela leitura conjuntural das circunstâncias. Não vivo a política como um vício ou um jogo e encaro-a como um serviço à comunidade. Sempre procurei comportar-me com um líder servidor, que assume que o seu principal objetivo é servir os outros, colocando as aspirações dos cidadãos em primeiro lugar e medindo o êxito da liderança pelo impacto gerado na vida das pessoas.

Desenhei políticas, liderei reformas e entreguei resultados. Nas várias funções públicas que exerci, nunca me faltou a coragem para tomar decisões difíceis e até impopulares, enfrentando interesses e ultrapassando visões conservadoras, fazendo sempre prevalecer o interesse comum, e não o interesse individual ou dos amigos.

Fiz a minha parte e joguei tudo nesta eleição. Apresentei, no passado dia 14 de Abril, ao Secretário-Geral da OCDE, a minha demissão das funções de Diretor da Cooperação para o Desenvolvimento, que exercia há quase 6 anos, de forma a poder candidatar-me à liderança do PSD. Não confundo desprendimento com sacrifício. Pelo contrário, tomei esta decisão com uma alegria que é proporcional ao sentimento de gratidão que tenho para com os milhares de militantes que, nos últimos 48 anos, fizeram do PSD o melhor e o mais português partido de Portugal.

Ontem, como hoje, movo-me por causas. E, nesta eleição, movo-me por uma causa maior – a Reconquista do Direito ao Futuro dos Portugueses pela mão do PSD.

Lisboa, 16 de Maio de 2022.

Jorge Moreira da Silva

2. Liderar uma vaga de reformas capaz de reconquistar o nosso Direito ao Futuro.

O nosso modelo de desenvolvimento **não é viável, nem é sustentável**. A falta de ambição dos governos na resposta a desafios globais – como as alterações climáticas, a extinção de biodiversidade, a pobreza e as desigualdades, os conflitos e as migrações forçadas – demonstra que estamos a viver **a crédito do Planeta**.

Mas também estamos, na prática, a viver **a crédito dos nossos filhos** quando, em Portugal, não ousamos resolver os problemas estruturais que já se tornaram crónicos:

- Um crescimento económico que, nos últimos 20 anos, foi pouco mais do que medíocre (em média 0,3% do PIB). Fomos sucessivamente ultrapassados pelos novos membros da UE. O nosso PIB per capita é, hoje, o 7º mais baixo da UE e a CE admite, mesmo, que sejamos, em 2031, o País mais pobre da UE.
- Uma dívida pública que atinge 127% do PIB e uma dívida total (Estado, famílias e empresas) que ultrapassa 760 mil milhões de euros.
- Um envelhecimento da população que, de tão acentuado, nos fará encolher em mais de 2 milhões de portugueses até 2070.
- Uma manifesta insustentabilidade do sistema de pensões. Quem se reformar em 2040 receberá menos de 50% do salário atual e o saldo previdencial atingirá, a partir da década de 2030, um valor negativo.
- Um intolerável agravamento das desigualdades, da pobreza infantil e da precariedade laboral. Mais de 20% das crianças está em risco de pobreza; somos o 4º País da EU com maior número de contratos a prazo; 10% dos trabalhadores estão em risco de pobreza; e quem nasce pobre, demora, em média, 5 gerações a chegar à classe média.
- Uma carga fiscal que não para de aumentar. Em 2021, foi a mais elevada de sempre, representando 35,8% do Produto Interno Bruto (PIB).
- Um nível muito baixo de investimento público (um dos 5 mais baixos da UE).

- Uma patente falta de confiança na justiça (a confiança não ultrapassa 39%), na democracia e nos partidos políticos.
- Uma elevada dependência alimentar e energética do exterior (superior a 70%).
- Uma baixo nível de produtividade – 7º País com o pior produtividade por hora de trabalho na UE. Sendo que, paradoxalmente, mais de 40% dos fundos europeus vão para empresas que não exportam e mais de 30% para empresas não produtivas.

Este modelo traduz-se numa **gigantesca hipoteca** cujo pagamento é endossado às novas gerações. Atendendo à severidade dos desafios globais e à gravidade dos problemas nacionais, não deixa de ser confrangedor o imobilismo e a superficialidade que dominam o debate político nacional.

Vale a pena perguntar: o que aprendeu Portugal com as crises e com as oportunidades globais? Nem a crise de há 10 anos - que culminou com o pedido de resgate, em 2011, e que só foi debelada com reformas políticas e com sacrifícios dos portugueses-, nem a gigantesca crise económica e social originada pela pandemia, nem a crescente descrença das pessoas na política e nas instituições, originou as mudanças, incluindo culturais, que seria legítimo esperar ao nível das propostas políticas dos partidos, da organização do sistema político, do funcionamento da democracia e da densidade do debate público.

O sistema partidário português padece de sonambulismo, servindo de pasto ao fogo do populismo e da descrença. É do fracasso na resposta a este confisco do futuro que se alimenta o populismo e o alheamento eleitoral, em especial, dos jovens. O contrato social está avariado – seja porque não está a ser cumprido, seja porque está datado - e terá de ser substituído por um contrato para o desenvolvimento sustentável.

Temos uma ambição clara e um plano para lá chegar: 4 metas, 17 objetivos, 13 missões. Até 2030, queremos colocar Portugal:

- no topo do ranking do **Desenvolvimento Sustentável** das Nações Unidas (hoje estamos na 27ª posição)
- no topo do **Índice de Desenvolvimento Humano** das Nações Unidas (hoje estamos na 38ª posição)
- no topo do **Índice de Bem-Estar** da OCDE (hoje estamos na 31ª posição se, neste índice dinâmico atribuímos o mesmo peso às várias dimensões em análise)
- acima da média europeia no **PIB per capita** (hoje estamos na 22ª posição).

Faremos dos **17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** a matriz orientadora da ação política – tanto na oposição como no governo – e assentaremos a nossa agenda reformista em torno de **13 missões críticas**:

- 1. Modernizar o Estado**
- 2. Aprofundar a democracia e a cidadania**
- 3. Combater a corrupção e melhorar a confiança na justiça**
- 4. Qualificar e digitalizar para uma sociedade mais justa e uma economia mais competitiva**
- 5. Proteger a saúde, combater as desigualdades sociais e enfrentar a crise demográfica**
- 6. Aumentar a competitividade e a produtividade da economia**
- 7. Regular o futuro do trabalho e criar os empregos do futuro.**
- 8. Reduzir a dívida e promover uma fiscalidade mais inteligente**
- 9. Assegurar a coesão territorial e o direito à habitação condigna**
- 10. Combater as alterações climáticas e liderar a revolução energética**
- 11. Proteger a biodiversidade, remunerar os serviços dos ecossistemas e valorizar o capital natural**
- 12. Proteger o Oceano e valorizar a economia azul**
- 13 Aprofundar o projeto político europeu e promover a cooperação internacional**

1. Modernizar o Estado

Defendemos um Estado que dignifique os cidadãos, promova a equidade social, liberte a iniciativa da sociedade civil e fomente o crescimento económico. A reforma do Estado é urgente e tem de ir além de intervenções avulsas ou parcelares, ditadas pela melhoria da eficiência operacional ou por reformas de políticas sectoriais. Exige-se um compromisso em torno de princípios e de orientações para a modernização do Estado e para a inevitável redefinição das suas funções. Precisamos de um Estado que seja capaz de assegurar plenamente as suas indeclináveis funções de soberania. Precisamos de um Estado que, **na área social**, nomeadamente na saúde e na educação, seja um promotor de prestações mais próximas e mais adequadas a cada cidadão, promovendo a liberdade de escolha dos cidadãos e a concorrência entre os vários prestadores de serviços (estatais, privados e do setor social), garantindo o acesso universal a serviços de qualidade. E precisamos de um Estado que, **na área económica**, se concentre na criação de condições para uma economia aberta e competitiva, reconhecedora do mérito e do empreendedorismo, assente na concorrência, na não discriminação e na transparência.

No plano das **funções de soberania** merece especial preocupação o tema da **segurança nacional**. O objetivo de uma sociedade portuguesa segura implica, hoje mais do que nunca, uma visão da segurança nacional que vai muito para além de uma perspetiva autonomizada da defesa militar do País, do desempenho policial, da punição da criminalidade e da proteção civil. Uma tal visão implica para Portugal um *conceito estratégico de segurança nacional* (mais exigente e ambicioso do que o *conceito estratégico de defesa nacional* ou o recentemente anunciado *conceito estratégico de segurança interna*); tal como implica um verdadeiro sistema de segurança nacional totalmente operacional.

É na posse de uma tal visão estratégica para um sistema de segurança nacional português, a erigir com a máxima celeridade (e evitando perigosas opções casuísticas, como a precipitada opção de extinção do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras), que deve avançar-se para a resolução, sólida e sustentada, dos crónicos problemas que afetam as nossas Forças Armadas e as nossas forças e serviços de segurança e que deve equacionar-se o efetivo incremento (cuja necessidade é hoje indesmentível) da despesa pública militar e de segurança: efetivos de recursos humanos suficientes, equilibrados, constantes e dignificados na sua condição estatutária e remuneratória; aquisição racionalizada de sistemas de armas e de equipamentos, sujeita a boas e efetivamente cumpridas programações de investimentos; sistemas de forças e dispositivos vocacionados para a disponibilização de capacidades realmente indispensáveis e de excelência; orçamentos correntes suficientemente dotados para o pessoal e para o funcionamento, aqui incluindo a operação e a manutenção.

Mas nenhuma modernização e reforma do Estado pode dispensar **a qualificação e dignificação dos funcionários públicos**, quer através do desenvolvimento de programas de formação que permitam uma maior mobilidade entre carreiras e grupos profissionais, quer pelo recrutamento orientado e seletivo de novos quadros técnicos que permita a retenção e a reprodução do conhecimento daqueles que vão saindo. Só com uma Administração Pública qualificada, determinada, com forte sentido de serviço público e dignificada poderá o País ultrapassar os enormes desafios que enfrenta.

2. Aprofundar a democracia e a cidadania

É urgente encarar o problema da erosão da democracia. Defendemos **uma ampla reforma do sistema político que vá além da reforma dos sistemas eleitorais**. Em primeiro lugar, o que está em causa é o reforço da participação cívica, a melhoria dos mecanismos de representação política, a valorização das instituições da sociedade civil e das instituições intermédias, o reforço da base científica das políticas públicas e da avaliação custo-benefício das mesmas – através de conselho independente a funcionar no âmbito da Assembleia da República -, a descentralização administrativa – reforçando as competências e os meios das autarquias locais -, o aprofundamento das autonomias regionais dos Açores e da Madeira e a mobilização de toda a sociedade em torno de uma cultura de tolerância zero face à corrupção, à evasão e à fraude fiscais.

Segundo, é necessário consolidar os progressos já alcançados, nomeadamente, no voto antecipado e em movimento (que tem de ser alargado e agilizado), no alargamento do direito de petição à solicitação de referendos e à apresentação de iniciativas legislativas, na introdução de orçamentos participativos em muitas autarquias, na constituição da CRESAP para seleção de dirigentes públicos, na avaliação ambiental estratégica, na constituição do Conselho de Finanças Públicas para fiscalização independente dos orçamentos e na divulgação das declarações de interesse, rendimento e património dos titulares de cargos públicos.

Terceiro, é urgente reforçar a participação eleitoral e a relação entre os representantes políticos e os eleitores, através da introdução gradual e segura do voto eletrónico e da criação de círculos eleitorais uninominais (complementados por um círculo nacional de compensação).

3. Combater a corrupção e melhorar a confiança na justiça

Urge enfrentar o problema da transparência de uma forma estrutural e abrangente, e não conjuntural e parcelar. Importa, desde logo, assumir algumas premissas neste debate. Primeiro, este é um debate sobre a crise de confiança que ameaça a sociedade portuguesa e não apenas sobre uma crise de transparência. Basta para tanto recordar que apenas 39% dos portugueses afirmam confiar na Justiça e apenas 17% confiam nos partidos políticos. Segundo, deste debate devem surgir soluções de gestão, organização e modernização e não apenas uma nova legislação. Terceiro, este é um debate que, ainda que não possa deixar de estar focado na responsabilização dos políticos e dos titulares de cargos públicos, tem, ainda assim, de ser suficientemente abrangente para mobilizar toda a sociedade em torno de uma cultura de tolerância zero face à corrupção, à evasão e à fraude fiscais. Relativamente a este último ponto, consideramos fundamental efetivar as obrigações declarativas fiscais e patrimoniais dos políticos e dos titulares de altos cargos públicos, aprovadas já em 2022, e, em paralelo, definir novas obrigações declarativas dos cidadãos em geral, até porque a corrupção não se limita à esfera política. Por outro lado, é necessário assegurar a existência de mecanismos tecnológicos de tratamento de toda a informação relativa às referidas declarações fiscais e patrimoniais e a fluxos financeiros conexos de forma a, sem devassa da vida privada, detetar incongruências que permitam precocemente averiguar a causa dessas incongruências.

Ao nível das funções de soberania do Estado, vale a pena sublinhar os **dois grandes desígnios que a política de Justiça tem de assumir com inquestionável prioridade** e sempre com garantia, e até reforço, da independência dos juízes e da autonomia do Ministério Público, o que entre o mais implica maiores condições para a formação dos magistrados: o primeiro desígnio é o de garantir as condições de base para detetar e punir a corrupção, a fraude fiscal, o branqueamento de capitais e o financiamento das atividades ilícitas, o que implica meios adicionais mas também

melhor organização e coordenação de esforços; o segundo desígnio é o de conseguir que a justiça administrativa, fiscal e económica funcione efetivamente em tempo útil, algo que constitui condição absolutamente decisiva para o investimento de qualidade, nacional e estrangeiro, e para o crescimento da economia.

Não há tempo a perder. Em tempos de crise social e económica é ainda mais urgente enfrentar, com ambição e sentido de compromisso, o problema estrutural da transparência e da erosão da democracia, sob pena de continuarmos a alimentar, por inação ou tibieza, a progressão do populismo.

4. Qualificar e digitalizar para uma sociedade mais justa e uma economia mais competitiva

A par das alterações climáticas e das questões demográficas, a digitalização representa uma das tendências globais com maior potencial disruptivo no curso da economia, da democracia e da sociedade. Ora, hoje estamos perante um momento verdadeiramente definidor dos contornos deste processo de digitalização: a pandemia acelerou a adoção de soluções digitais em todo o mundo; a evolução das tecnologias digitais, nomeadamente, no 5G, na inteligência artificial, na robótica, na genómica, na nanotecnologia, nos veículos não tripulados, nas redes inteligentes de energia e na internet das coisas, entrou numa nova fase; e surgiram novos padrões internacionais para a regulação da inteligência artificial e a fiscalidade sobre as multinacionais digitais.

Mas, como sempre sucede com transformações desta magnitude, a digitalização tanto pode esbater, como pode exacerbar, as desigualdades dentro e entre países. É verdade que a digitalização foi uma autêntica tábua de salvação, durante a pandemia de COVID-19, para muitos cidadãos - facilitou o pagamento de apoios sociais e de compensações às empresas, o acesso a cuidados de saúde e de educação e a manutenção de empregos. Ao mesmo tempo, a pandemia, ao confirmar a nossa dependência do mundo digital, também expôs a enorme vulnerabilidade dos cidadãos com menor acesso às infraestruturas e às competências digitais. Essa exclusão digital agrava as desigualdades e trava a mobilidade social.

Além do imprescindível **investimento do Estado nas infraestruturas digitais** e na redução das barreiras e dos custos de acesso por parte dos cidadãos, em especial, os mais vulneráveis, é preciso atribuir **uma nova missão à escola na igualdade de oportunidades**. A escola não pode falhar na capacitação das crianças e dos jovens, assim como na requalificação dos adultos, para vencer os desafios da disrupção tecnológica e da digitalização. Enfrentar os riscos de obsolescência, desajustamento

e inviabilidade - na economia e no mercado de trabalho - causados pela presente revolução tecnológica, representa, mais do que uma inevitabilidade, uma oportunidade que deve ser abraçada com abertura, inovação e empreendedorismo.

Mas o que faz deste desafio um *game changer* são as pessoas e não as tecnologias.

Assim, a escola não pode abdicar da sua inalienável responsabilidade de dotar as crianças de competências cognitivas e sociais que nenhuma máquina, computador ou algoritmo consegue substituir integralmente: a persuasão, a inteligência emocional, a criatividade, o raciocínio lógico e o espírito crítico. Trazer a escola, numa perspetiva humanista, para o mundo da disrupção tecnológica, exige mais liberdade e mais autonomia para as escolas e exige o reforço do papel dos professores. As escolas devem ter, num processo necessariamente gradual, a liberdade de: recrutar professores de um conjunto mais alargado de talentos; diversificar os seus recursos humanos; desenhar o seu próprio currículo (tendo por base orientações nacionais de carácter geral); avaliar os alunos, reconhecendo o valor das aprendizagens feitas fora do ambiente escolar e dos percursos educativos individuais. Mas também têm a obrigação de promover a interdisciplinaridade e a criatividade e organizar ambientes educativos que incluam recursos exteriores à escola, integrando a comunidade e ultrapassando os seus muros de cimento. Sendo a escola o fator mais decisivo na promoção da igualdade de oportunidades, é imperioso assegurar oferta de ensino pré-escolar a todas as crianças.

Apesar dos progressos já alcançados na **ciência e no ensino superior** é fundamental assumir esta área como prioritária para o desenvolvimento integral das pessoas, para a competitividade e sustentabilidade de Portugal e para a igualdade de oportunidades. Temos de apostar no investimento privado em I&D, de assegurar a reprodutividade do investimento público e de ser eficientes no acesso a fontes internacionais e comunitárias de financiamento direto. Temos de estimular as atividades de pré-incubação de empresas no seio das unidades de I&D e criar consórcios, envolvendo empresas, universidades, politécnicos e laboratórios do Estado, comprometidos com programas em áreas estratégicas nacionais. Temos de privilegiar o apoio a programas doutorais integrados em projetos com o tecido

produtivo e com uma forte componente de empreendedorismo. Temos de promover reorganizações curriculares que favoreçam a formação flexível, transversal e multidisciplinar dos estudantes, incluindo a aquisição de competências em várias áreas e contrariando a especialização prematura, procurando deste modo uma perspetiva dinâmica de interação com a sociedade civil e os mercados. Temos de assegurar, tanto na ciência como no ensino superior, que a nossa aposta não se resume apenas a áreas tecnológicas e que existe uma clara valorização das artes e das ciências sociais e humanas, imprescindíveis que são à criatividade, ao espírito crítico e à formação integral das pessoas.

Mas temos também de reforçar a cooperação entre instituições. Mais do que redundância, insuficiente articulação ou perda de eficiência na gestão dos recursos públicos, é importante utilizar os mecanismos disponíveis – no financiamento, na avaliação de instituições e na aprovação de cursos – para promover uma maior cooperação entre instituições do ensino superior. Esse reforço de cooperação, em especial entre institutos politécnicos e universidades localizadas na mesma região, terá um efeito importante na internacionalização das instituições de ensino superior. E porque não nos podemos dar ao luxo de desperdiçar o potencial de todos os Portugueses, é importante aumentar a ação social escolar e o financiamento público em bolsas para os estudantes carenciados no ensino superior público, particular e cooperativo.

O crescimento económico e o verdadeiro desenvolvimento da sociedade só poderão ser alcançados, de forma integral e duradoura, se forem acompanhados por um efetivo **desenvolvimento cultural**. O Estado não pode exercer uma política de gosto mas deve exercer políticas públicas na área da Cultura que promovam o seu acesso, presença e pluralidade, enquanto bem social básico. Temos de encarar a Língua Portuguesa como um dos principais ativos com potencial para reforçar a universalidade, o prestígio e a capacidade de influência de Portugal no plano internacional, assim como a competitividade da economia portuguesa no mundo.

As novas literacias exigem uma sociedade culturalmente mais forte e crítica, preparada para compreender, participar e protagonizar as mudanças estruturais que

estamos a passar em Portugal e no mundo. Assim, organizaremos os serviços culturais do Estado de forma mais horizontal, numa articulação efetiva da administração central, regional e local. Criaremos maior autonomia nos serviços públicos de cultura, seja em termos decisórios, seja em termos de organização financeira. Vamos desburocratizar os procedimentos da administração pública da Cultura. Ao mesmo tempo, serão gerados estímulos para que as empresas e a sociedade civil tenham uma participação cada vez mais ativa na atividade cultural, em estreita ligação com os domínios da educação, da ciência, do turismo e da economia criativa, sempre orientados para uma comunidade inclusiva. A valorização da Língua Portuguesa no contexto internacional e a projeção dos nossos criadores e património no quadro internacional serão uma prioridade. A atração de talento de todo o mundo e o desenvolvimento de modelos novos de financiamento e gestão da Cultura é uma tarefa com a qual nos comprometemos.

5. Proteger a saúde, combater as desigualdades sociais e enfrentar a crise demográfica

Portugal encontra-se numa **verdadeira encruzilhada demográfica**, caracterizada pelo envelhecimento da estrutura etária da população residente, pela baixa taxa de natalidade e fecundidade e, conseqüentemente, pelo aumento do índice de dependência, associado a fluxos migratórios negativos e a fatores que não favorecem a tão desejada capacidade de renovação das populações. O envelhecimento e a redução do número de residentes em Portugal é uma tendência estrutural: em 2050 estima-se que a população portuguesa seja 8,4 milhões. E em 2070 seremos menos 2 milhões de Portugueses. Estamos, pois, perante um cenário muito exigente. Mas não se trata apenas de uma alteração de natureza quantitativa. O perfil sociodemográfico da população residente será significativamente diferente: em 2050 seremos uma população mais envelhecida, mais instruída e mais saudável.

Esta alteração, de natureza estrutural, da demografia em Portugal, tem efeitos significativos na sustentabilidade do Estado social, nomeadamente, nas áreas da saúde e da segurança social, e na competitividade da economia, exigindo-se medidas de mitigação das conseqüências negativas e de adaptação a essa nova realidade ao nível das políticas migratórias e de acolhimento, das políticas de natalidade e família e das políticas de emprego e de educação.

Temos de aprofundar as **políticas de natalidade e de família**, assegurando uma melhor conciliação entre a vida familiar e a atividade profissional (alargando as disposições sobre licenças parentais, trabalho parcial e teletrabalho); garantindo uma oferta de ensino pré-escolar gratuito em todo o território nacional; oferecendo maior justiça fiscal; e redesenhando os sistemas de apoio à educação e acesso à saúde, protegendo as famílias mais carenciadas.

Temos de travar o declínio demográfico através de **políticas migratórias e de acolhimento**: desenvolvendo políticas ativas de atração e retenção de trabalhadores estrangeiros, removendo obstáculos legais à sua mobilidade e integração e valorizando, na sociedade portuguesa, a diversidade cultural; tornando mais ágil o sistema de contratação de estrangeiros, designadamente, nas políticas de autorização de residência, fiscalidade e formação ao longo da vida; desenvolvendo programas, nos domínios do empreendedorismo tecnológico e da investigação científica, de atração de talentos internacionais e de retorno dos jovens portugueses altamente qualificados.

Finalmente, temos de criar mecanismos que não penalizem o interesse, de muitos cidadãos em idade de reforma, de **permanecerem ativos**, incluindo na vertente profissional. É preciso uma nova abordagem para a população com mais de 65 anos que permita que a sociedade possa continuar a beneficiar do seu contributo depois da reforma, oferecendo soluções mais flexíveis de aposentação, num mundo em que a abordagem habitual de 3 ciclos – aprendizagem, trabalho, reforma – tenderá a acabar.

Esta nova realidade demográfica e os preocupantes indicadores de **saúde** em Portugal exigem que a este setor seja dada prioridade na ação política, imbuída de um espírito reformista que ultrapasse as crónicas querelas ideológicas. Mais de 1,3 milhões de pessoas estão impedidas de acesso a médico de família (mais 300 mil do que em 2015). Apesar da existência do SNS, subsistem disparidades (socioeconómicas e territoriais) no acesso e na equidade do sistema, sendo preocupante a elevada proporção de despesas *out-of-pocket* (27,5%) para aceder a serviços não cobertos ou insuficientemente cobertos pelo SNS. Apenas 50% dos portugueses se considera saudável (a média europeia é dois terços). Um terço das mortes estão relacionadas com fatores comportamentais (hábitos alimentares, sedentarismo e consumo excessivo de álcool). E, no plano financeiro, a despesa de saúde em Portugal é 33% inferior à média europeia e são significativas as dívidas aos hospitais do SNS.

Defendemos um Estado promotor de prestações mais próximas e mais adequadas a cada cidadão, promovendo a liberdade de escolha dos cidadãos e a concorrência entre os vários prestadores de serviços (estatais, privados e do setor social), garantindo o acesso universal a serviços de qualidade assente numa lógica de sistema em rede financiados tendo por base os ganhos de saúde. Neste sentido, é crucial garantir que a determinação Constitucional de direito à proteção da saúde seja cumprida, independentemente do poder de aquisição de cada um e do local de residência das pessoas.

Uma tal rede financiada por recursos públicos - com participação do SNS, do setor social e do setor privado - deve contribuir, em condições de igualdade, para o acesso universal aos serviços de saúde e, em caso algum (mas como infelizmente se tem estado a verificar) para motivar desigualdades no acesso a esses cuidados em função das disponibilidades financeiras dos utentes. É esta, aliás, a posição histórica do PSD.

Naturalmente, esta indeclinável exigência de um sistema nacional de saúde de acesso universal e com qualidade não põe em causa a liberdade de cada cidadão subscrever seguros de saúde nem o interesse em que as políticas fiscais possam apoiar essa liberdade de escolha.

Uma política de saúde centrada no utente terá de ultrapassar a atual fragmentação e falta de sistemas de informação e de comunicação entre os vários atores do sistema de saúde, dando origem à redundância de atos e potenciando a falta de segurança clínica. Urge dotar os cidadãos de um processo clínico único eletrónico (virtual) acessível em todos os pontos de contacto no sistema de saúde em Portugal e não apenas no SNS.

A qualidade e a sustentabilidade da política de saúde exige, igualmente, o reforço da prevenção da doença, do diagnóstico precoce, da diminuição do desperdício em medicamentos e em exames repetidos e do cumprimento de critérios mínimos de qualidade dos serviços prestados, encurtando tempos de espera em todos os

serviços. Por outro lado, é crucial criar mecanismos financeiros e salariais que reconheçam o bom desempenho de profissionais e das instituições do SNS.

A sustentabilidade do **sistema público de segurança social** é, em Portugal, um problema que não pode deixar de ser encarado com grande seriedade. A irresponsável opção de protelar uma análise atenta das respetivas decisões sobre esta insustentabilidade não é mais aceitável. Não podem estar, em caso algum, a garantia das pensões que estão em pagamento ou que constituem direito adquirido de cada um dos contribuintes. Nem pode alguma vez estar em causa a livre opção das empresas em desenvolverem sistemas próprios de apoio complementar aos seus trabalhadores que deixem a vida ativa, nem a liberdade de os trabalhadores o fazerem individualmente.

Mas não pode ignorar-se que factores como a demografia, a modernização tecnológica das empresas - que inclui a capacidade de produzir quantidades acrescidas com menos mão-de-obra -, bem como a inflação e a estagnação económica, constituem factores sérios de degradação da sustentabilidade do sistema público de pensões. Degradação essa que não pode aceitar-se e é incompatível com a visão solidária entre gerações que caracteriza a social-democracia do PSD. Para colmatar essa debilidade crescente, não basta reincidir na necessidade de criação de mais riqueza e na criação de condições para que tal ocorra, o que é simplesmente óbvio. Precisamos sim de, tal como já tem vindo a ocorrer com o chamado IVA social, e com as transferências do OE para a segurança social, conceber uma maior articulação entre as contribuições para a segurança social e o sistema fiscal, no sentido de garantir as condições de financiamento necessárias e de acautelar que a progressiva criação de riqueza - que se atinge com empresas tecnologicamente mais desenvolvidas e menos carecidas de mão-de-obra intensiva - não deixe de se traduzir, através do sistema fiscal, no adequado contributo para o financiamento da segurança social que essas mesmas empresas teriam caso funcionassem com o tradicional custo inerente ao factor trabalho. Por outro lado, não podemos ignorar que a estrutura administrativa e de funcionamento da segurança social apresenta níveis de ineficiência notórios, que afetam diariamente a sua relação com os

cidadãos e a transparência e clareza das respectivas obrigações contributivas, sendo por isso urgente a convergência com padrões de eficiência mais elevados.

6. Aumentar a competitividade e a produtividade da economia

Nos últimos 2 anos vivemos em estado de emergência, mas falta-nos um sentido de urgência. O governo tem confundido o financiamento da recuperação económica e social com um mero leilão sobre a alocação sectorial da bazuca europeia, bem distante de uma **visão abrangente da política de investimento**. Não nos iludamos. É verdade que o Estado tem um papel indeclinável no investimento público, seja apoiando as empresas e protegendo o emprego, em especial neste difícil contexto económico marcado pela pandemia e pela guerra, seja financiando, sempre que existam falhas de mercado, a transição digital e o combate às alterações climáticas. Mas, atendendo ao nosso nível de endividamento público, é fundamental que a estratégia de investimento seja, no essencial, orientada para a atração de investimento privado, externo e produtivo e para o reforço das exportações. Ora, isso requer uma transformação de grande amplitude.

Precisamos de um ambiente de investimento que valorize o mérito, a inovação, a criatividade e o espírito empreendedor; que reforce as sinergias entre o sistema científico, empresarial e financeiro; que crie as condições para um maior reinvestimento dos lucros nas empresas; que reforce o acesso das start-ups e das PME a todas as potenciais fontes de financiamento, além da banca comercial, como o capital de risco, fundos de investimento, investidores institucionais, finanças sustentáveis, mercado de capitais, instrumentos de titularização, obrigações verdes e crowdsourcing. Tendo em atenção que o aumento da produtividade das empresas está correlacionado com o aumento de escala, o Estado deverá desenvolver medidas de estímulo fiscal, de flexibilidade regulatória e melhoria do ambiente de negócios que permitam fomentar fusões, aquisições, joint-ventures e atração de investimento estrangeiro. Estas iniciativas são importantes para fomentar o crescimento do tamanho médio das nossas unidades empresariais, tornando-as mais competitivas à escala internacional e aumentando a produtividade via ganhos de escala e aumento da sofisticação e profissionalização dos métodos de organização e gestão.

E precisamos de um Estado que assuma, plenamente, as **suas responsabilidades na melhoria do contexto de investimento** – na regulação, na justiça, na fiscalidade, na desburocratização, na educação e formação profissional, na ambição ambiental, na descarbonização, no ordenamento do território, no combate à corrupção, na legislação laboral, no sistema de ciência e inovação, na internacionalização, na identificação de clusters de conhecimento - mas que não caia na tentação de intervir na política empresarial, salvando incumbentes datados ou forjando novos “campeões nacionais”.

Mais do que, desesperadamente, tentar encontrar uma nova AutoEuropa, é fundamental que sejamos capazes de, a partir de uma cultura de inovação e empreendedorismo, acelerar a criação e o desenvolvimento de *start-up*, posicionando Portugal como um País de atração – de talentos, de projetos e de investimento – capaz de liderar numa realista economia de rede do que numa ilusória economia de escala.

As **infraestruturas** representam um papel crucial no cumprimento dos desígnios de sustentabilidade, de solidariedade, de coesão e de competitividade. Deve ser dada prioridade ao financiamento, gestão e interoperabilidade dos projetos de elevado impacto positivo – nas vertentes social, económica e ambiental -, nomeadamente, na ferrovia, nos portos, nos transportes marítimos e fluviais.

7. Regular o futuro do trabalho e criar os empregos do futuro.

Não é aceitável que se continue a assistir a uma **dualidade e segmentação do mercado de trabalho**, remetendo muitos trabalhadores, em especial jovens, para uma sucessão de contratos a termo. Os números são eloquentes - mais de dois terços dos nascidos na década de 90 têm contratos a prazo (mais do triplo das gerações anteriores). Como também não é aceitável que, por falta de confiança no funcionamento do mercado de trabalho, as empresas não invistam suficientemente nos contratos sem termo e na formação profissional. Defendemos uma regulação do mercado de trabalho que alargue a mais trabalhadores a segurança e proteção do emprego e que promova a capacidade empreendedora e a competitividade das empresas.

Mas este é também o momento de olhar para **o futuro do trabalho**. Com a pandemia, surgiram algumas discussões sobre a inevitabilidade de algumas das alterações introduzidas ao nível da organização do trabalho, durante as fases de confinamento, acabarem por perdurar ou inspirar mudanças mais profundas quando regressarmos à normalidade. Isto é, mudanças como o teletrabalho, a substituição de reuniões presenciais e viagens de negócio por teleconferências e a própria reconfiguração física dos locais de trabalho, mais do que conjunturais podem revelar-se estruturais.

Contudo, esta discussão tem negligenciado a verdadeira amplitude das transformações em curso no futuro do trabalho (com disrupções que são anteriores à pandemia) e, por outro lado, as implicações que estas mudanças têm nas políticas públicas e não apenas nas opções empresariais.

A pandemia representa a quarta vaga de mudanças profundas na configuração do futuro do trabalho. Primeiro, a globalização deu origem a uma especialização das economias e a uma integração das empresas em cadeias de valor globais,

contribuindo para uma certa padronização global das funções, das competências e das responsabilidades dos trabalhadores (ainda que, infelizmente, com rendimentos e condições de trabalho muito desiguais). Depois, as profundas alterações demográficas ocorridas nas últimas décadas e, em especial, o envelhecimento da população nos países mais desenvolvidos tornaram inevitável – sob pena de assistirmos a uma diminuição do PIB e a uma maior pressão sobre as finanças públicas dos Estados – um ajustamento do mundo do trabalho, incluindo a necessidade de se trabalhar durante mais anos e assumir políticas migratórias mais abertas.

Mais recentemente, a aceleração da robotização, da inteligência artificial e da digitalização, colocaram novos desafios à organização da sociedade e do mercado de trabalho. Por um lado, esta disrupção tecnológica abre novas perspectivas de superação de problemas ambientais e sociais e cria uma nova fileira de atividades económicas; por outro lado, levanta riscos ao nível do respeito pela dignidade da pessoa humana e gera anseios sobre a estabilidade e a qualidade do emprego. Ora, nem o medo, nem o conformismo são bons conselheiros nesta jornada. De momento, não se confirmam os receios de uma diminuição global do emprego em resultado da automação ou da inteligência artificial. Isto é, as novas atividades económicas geradas pela disrupção tecnológica e a reorganização de tarefas têm compensado os empregos que são destruídos. Mas isso é ilusório: as desigualdades agravaram-se e a constatação de um aumento do número global de empregos de pouco consolo serve aos trabalhadores que são vítimas desta transição tecnológica. Sendo que alguns dados apontam para mudanças de enorme amplitude no futuro: 14% de todo o trabalho será robotizado e 32% será alvo de mudanças significativas.

É por isso que, em vez de um olhar contemplativo perante as sucessivas vagas de transformação do mercado de trabalho, ou de um debate apressado sobre legislação laboral ou sobre teletrabalho, precisamos de lançar uma **nova geração de políticas públicas** na educação, preparando as crianças para exercer profissões que, em 65% dos casos, ainda não foram inventadas e para o desenvolvimento da criatividade e do pensamento crítico; na formação profissional, ultrapassando o facto de, 6 em

cada 10 trabalhadores, não disporem das competências básicas ao nível digital; na proteção social, garantindo uma rede de apoio a um número crescente de trabalhadores em regime de autoemprego e de trabalho parcial; na fiscalidade e no sistema de pensões, garantindo que a justiça distributiva e a sustentabilidade da segurança social são compatíveis com a crescente robotização.

Temos de nos preparar para regular o futuro do trabalho, mas também para liderar na criação dos empregos do futuro.

8. Reduzir a dívida e promover uma fiscalidade mais inteligente

Defendemos uma **política orçamental que compatibilize a redução da dívida com a redução da carga fiscal**. Se, por um lado, o excessivo nível de dívida pública retira às novas gerações a capacidade para realizar escolhas inteiramente livres, por outro lado, as desigualdades sociais e a elevada carga fiscal, não permitem uma consolidação orçamental que descure as dimensões da competitividade e do bem-estar social. Ou seja, os resultados positivos da consolidação devem servir simultaneamente e de forma equilibrada, seja para reduzir sustentadamente a dívida, seja para a assunção de políticas internas socialmente úteis, incluindo opções de crescimento económico e de redução da carga fiscal.

No atual contexto de instabilidade na área económica e financeira, induzida pelos três choques sucessivos – pandemia, inflação e guerra –, é fundamental que a nossa **política orçamental seja credível**, sob pena de gerar desconfiança nos mercados. Infelizmente, o Orçamento do Estado, atualmente em discussão, não evidencia o nível de credibilidade necessário - finge taxas de inflação irrealistas, deliberadamente subestima as receitas e, excluindo o efeito do PRR, congela a despesa. Por outro lado, em matéria de gestão da dívida, o governo perdeu a oportunidade de alongar as maturidades dos nossos empréstimos. E agora corremos o risco de enfrentar a crise de uma forma mais desprotegida. Sendo que, em tempos difíceis, é fundamental manter a almofada de liquidez e gerir a dívida com precaução.

O BCE não pode deixar de utilizar todos os instrumentos criados em consequência da crise de 2011/12 de forma a resolver eventuais problemas específicos na zona euro, nomeadamente, nas economias periféricas. No âmbito das discussões em curso sobre o aprofundamento do projeto europeu, Portugal deve defender uma **maior flexibilidade do Pacto de Estabilidade e Crescimento**, em especial no tratamento da despesa de investimento relacionada com áreas estratégicas (como a

transição digital e climática, o conhecimento e a segurança), sem contudo significar quebra de sustentabilidade orçamental.

Importa assumir uma **reforma do sistema fiscal**, alinhando-o, em termos estritamente conformes à Constituição e segundo critérios sólidos de justiça fiscal e respeito pelo princípio da igualdade, com os objetivos de valorização do trabalho, de criação de riqueza e de proteção dos recursos naturais, em conjugação com uma justiça fiscal capaz de melhor realizar o Estado de direito no domínio da fiscalidade portuguesa, de forma a permitir ultrapassar os efeitos crescentemente negativos dos litígios fiscais na capacidade de resposta atempada do sistema de justiça.

Devem assumir-se cinco grandes orientações estratégicas: (i) um sistema fiscal potenciador do crescimento sustentável, nomeadamente orientando, com neutralidade, as atuações em prol da qualidade ambiental, da eficiência energética e da produtividade dos recursos (fiscalidade verde); (ii) maior simplificação e transparência fiscais, contribuindo para uma cidadania fiscal de maior qualidade e previsibilidade na aplicação da lei; (iii) maior eficácia na cobrança dos tributos, com redução do desperdício de recursos públicos e privados no cumprimento das obrigações fiscais; (iv) maior garantia dos direitos dos contribuintes; (v) intensificação da reflexão e ação influente de Portugal na política fiscal europeia e internacional.

Esta nova orientação fiscal reconhece o valor do trabalho dos cidadãos e da capacidade de criar riqueza por parte das empresas e, agravando comportamentos ambientais insustentáveis, contribui para a reorientação de comportamentos dos consumidores e dos produtores no sentido da inovação tecnológica e da proteção ambiental.

O nosso sistema de impostos e taxas deve valorizar a tributação ambiental, sem perder – mas aliviando-a – a sua estrutura suportada na tributação do rendimento. É da maior relevância cuidar deste *mix* fiscal, como também da simplificação e estabilidade do sistema fiscal e da sua pujança concorrencial, da eficiência e

transparência da Administração Tributária na resposta aos contribuintes, da modernização das práticas em matérias como a evitação da dupla tributação, o tratamento eficiente dos preços de transferência ou a conformação do abuso dos enquadramentos legais tributários e, naturalmente, com especial incidência, do combate à fraude e à evasão fiscal.

E é necessária uma visão de fundo renovada do sistema de tributação dos rendimentos das pessoas coletivas, visando incentivar fortemente o reinvestimento dos lucros empresariais, no que constitui uma reforma de enorme alcance positivo na tributação do lucro em IRC, caminhando paralelamente no sentido da redução da tributação em IRC por via de um decréscimo progressivo da derrama estadual e vocacionando-a também para, fazendo-a incidir preferencialmente sobre lucros distribuídos, ela própria se constituir em incentivo àquele mesmo reinvestimento dos lucros empresariais, tudo aliado a um desenho mais ajustado das tributações autónomas, num quadro de uma efetiva promoção da opção por despesas realmente afetas às atividades empresarias e assentes em práticas sustentáveis.

No IRS, defendemos um alívio da carga fiscal assente numa progressividade mais harmoniosa e escalonada e em que a taxa marginal máxima não ultrapasse os 45%, acompanhada pela necessária atualização das tabelas de retenção na fonte com base na taxa de inflação e, tendencialmente, coincidente com o imposto devido a final. Pelo seu carácter excepcional, as taxas adicionais de solidariedade devem, por princípio, ver a sua vigência limitada temporalmente aos períodos de emergência financeira. O mínimo de existência deve ser revisto anualmente, visando padrões superiores de dignidade social e salvaguarda de subsistência económica.

No que tange à derrama municipal devem também ser densificados os critérios de repartição da receita para além do princípio já existente de exploração de recursos naturais ou do tratamento de resíduos, de molde a tornar essa repartição mais equitativa, permitindo o reforço da coesão territorial dos municípios do interior onde esses recursos se localizam. A nível local deve também ser promovida a redução do IVA na iluminação pública.

9. Assegurar a coesão e resiliência territorial e o direito à habitação condigna

O nosso **planeamento, ordenamento e desenvolvimento territorial**, nas últimas décadas, caracterizou-se por: expansão urbana desordenada e fragmentação do tecido urbano, acompanhada do despovoamento do interior; degradação do solo e riscos de desertificação, agravados por fenómenos climáticos; degradação da qualidade das áreas residenciais, sobretudo nos centros históricos e nas periferias; deficiente programação do investimento público em infraestruturas e equipamentos públicos; dificuldade de coordenação entre os principais atores institucionais, públicos e privados, responsáveis por políticas e intervenções com impacto territorial; complexidade, rigidez, centralismo e opacidade da legislação e procedimentos de planeamento e gestão territorial.

O mesmo **anacronismo é patente na área da habitação**: um parque habitacional com mais de 700 mil alojamentos devolutos; um parque habitacional degradado, com 1/3 do mesmo a carecer de obras profundas, com proprietários descapitalizados e sem condições de retomar a sua conservação; um mercado demasiado orientado para a nova construção, em detrimento da reabilitação, e para a aquisição de habitação própria, em detrimento do arrendamento; uma acentuada valorização fundiária e imobiliária que, desde os finais dos anos 60, foi afastando a população nos centros das principais cidades, com consequente expansão desregrada para as periferias com os problemas sociais e ambientais que estão associados a esta situação.

A resolução destes problemas estruturais foi assumida como uma grande prioridade no último governo liderado pelo PSD. **Avançámos com reformas estruturais de grande alcance**: o novo regime jurídico de reabilitação urbana; a lei de bases da política de solos, ordenamento do território e urbanismo; o regime jurídico de urbanização e edificação; o regime excecional de reabilitação urbana; o novo regime

de arrendamento urbano, complementado por um subsídio de renda; o novo regime de renda apoiada e de renda condicionada; e os instrumentos financeiros para a reabilitação e regeneração urbanas.

Lamentavelmente, o governo socialista reverteu a reforma do arrendamento urbano, travou a aposta na reabilitação urbana e atrasou a concretização da reforma do ordenamento. Ainda hoje está por concretizar a classificação do solo em apenas duas classes – solo rústico ou urbano (sendo erradicada a classificação de solo urbanizável) – e a concentração, no PDM, de todas as regras dispersas numa longa lista de planos e programa regionais, sectoriais e especiais.

Hoje, em matéria de desenvolvimento territorial, é fundamental não apenas acelerar a concretização dessas reformas, aprovadas em 2014, mas também: concretizar o cadastro predial em todo o território nacional; aprovar planos de desenvolvimento regional (por inexistência de planos ou obsolescência dos mesmos, o PRR está a ser executado com base em intervenções sem a ponderação territorial devida); assegurar a gestão responsável e sustentável dos recursos estratégicos do País, como o litoral, as águas subterrâneas, os solos produtivos e o património natural e cultural; promover a coesão territorial e a resiliência, criando redes regionais de infraestruturas, transportes, equipamentos e serviços, mas sobretudo promovendo atividades económicas compatíveis com a preservação dos recursos e valorizando o capital natural através da remuneração dos serviços de ecossistemas.

A política de habitação não podendo depender da criação de habitação pública (excepto no apoio aos mais carenciados ou na correção de falhas de mercado), não pode ainda assim deixar ser alvo de regulação pelo Estado. O Estado tem de assumir as suas responsabilidades na regulação da oferta privada e na reabilitação urbana do edificado existente, que, sendo excedentário, carece de investimento para melhoria das condições de conservação, segurança e habitabilidade. Assim, é necessário concretizar os mecanismos previstos, na reforma do ordenamento do território aprovada em 2014, de contenção da expansão urbana (nomeadamente a erradicação da categoria de solo urbanizável), de forma a canalizar todos os meios

disponíveis, designadamente no sistema financeiro, para a reabilitação do edificado e para a melhoria da resiliência urbana.

Por outro lado, ao nível do mercado de arrendamento, além da cobertura e qualidade da habitação social, é necessário introduzir novos mecanismos que assegurem uma maior oferta no mercado de arrendamento em áreas deficitárias de oferta habitacional. Assim, da mesma forma que hoje as operações urbanísticas de loteamento (e de impacto relevante ou semelhante a loteamento) já são obrigadas a cedências de áreas para fins públicos, nomeadamente, para equipamentos de utilização coletiva e áreas verdes, deve passar a ser obrigatória a canalização de uma parte dos fogos construídos, no âmbito dessas operações imobiliárias, para o mercado de arrendamento, com limitação da respetiva renda. Ainda no âmbito das indeclináveis funções de regulação do mercado, o Estado e as autarquias devem avançar para medidas fortemente restritivas do alojamento local, em especial, nas cidades com carência de habitações para arrendamento.

As necessidades especiais dos jovens e da população idosa devem ser respondidas, também, através do reforço do programa Porta 65, da adoção de benefícios fiscais, da promoção de uma rede de residências de estudantes e de um programa de construção de uma rede de residências para a população mais idosa, nas suas áreas de residência habitual.

10. Combater as alterações climáticas e liderar a revolução energética

O cumprimento e reforço do Acordo de Paris é a última oportunidade de que dispomos para enfrentar a mudança climática. Mas é também a nossa melhor oportunidade para relançar o crescimento, criar emprego e enfrentar as consequências da crise pandémica. Apesar dos progressos – traduzidos, essencialmente, numa maior consciencialização da opinião pública, na redução dos custos das tecnologias limpas, no maior peso das energias renováveis e da mobilidade elétrica, na dinamização do financiamento verde - estamos muito aquém do necessário na ação climática.

Existe uma notória incoerência entre a ambição necessária para atingir o objetivo de limitar o aumento da temperatura a 1.5°C face ao período industrial (hoje, esse aumento já atingiu 1,2°C) e os compromissos de redução das emissões apresentados pelos quase 200 países signatários do Acordo de Paris (o que na prática nos coloca numa trajetória de aumento da temperatura em 2,7°C). Num momento em que se desenham, decidem e concretizam, a nível nacional, europeu e internacional, a recuperação económica face à crise causada pela COVID19, seria indesculpável não alinhar totalmente os diversos pacotes de financiamento com os objetivos de desenvolvimento sustentável e com o crescimento verde. O combate às alterações climáticas, sendo urgente, mas é também gerível e pode ser proveitoso se agirmos atempadamente. De acordo com estimativas da OCDE e das Nações Unidas, a integração das questões climáticas nas estratégias de desenvolvimento económico pode adicionar 5% à taxa de crescimento económico até 2050. O número de postos de trabalho nas energias renováveis quadruplicará nos próximos 10 anos e o cumprimento dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável pode gerar 380 milhões de novos empregos.

Mas não nos podemos limitar a enunciar as potencialidades económicas da descarbonização ou sublinhar o acréscimo de financiamento que lhe é dirigido. Como não podemos continuar a disfarçar a inação com narrativas eloquentes e

inconsequentes sobre a emergência climática ou com metas e roteiros para a neutralidade carbónica que não são alicerçadas em reformas imediatas.

Neste contexto, Portugal não pode hesitar. Temos de rever as metas de redução das emissões para níveis mais exigentes e compatíveis com o objetivo de limite do aumento da temperatura a 1.5°C; assegurar, já nesta década, 100% de eletricidade renovável; acelerar a transição para a mobilidade elétrica e o fim da venda de novos veículos a combustão; aumentar a eficiência energética e hídrica nos edifícios e promover a reabilitação urbana em detrimento da nova construção; utilizar plenamente o potencial da inteligência artificial e do big data para impulsionar a inteligência e sustentabilidade das cidades; investir na resiliência dos territórios e em medidas de adaptação às alterações climáticas, nomeadamente, nos recursos hídricos, na orla costeira e nas zonas florestais; reforçar a cooperação e ajuda aos países em desenvolvimento; avançar para novas medidas de fiscalidade verde que, penalizando mais a poluição, contribua para o financiamento da eficiência energética e para a redução do IRS e do IRC; promover a reabilitação urbana em detrimento da nova construção; reforçar a rede, a qualidade e a interoperabilidade dos transportes públicos; tirar partido do valor da floresta enquanto sumidouro de carbono; promover a interligação, à escala global, de vários sistemas de comércio de emissões (inspirados no sistema europeu que vigora desde 2005); desenvolver mecanismos de financiamento inovadores (garantias, investimento de impacto, blended finance e títulos de dívida verde); e posicionar Portugal como um grande exportador de eletricidade renovável para a UE, tirando partido do histórico acordo europeu que alcançámos, em 2014, sobre o reforço das interligações elétricas entre a Península Ibérica e França. Esta é a década decisiva.

11. Proteger a biodiversidade, remunerar os serviços dos ecossistemas e valorizar o capital natural

Há vários anos que os cientistas vêm chamando a atenção para o facto de estarmos, não só perante alterações climáticas sem precedentes, mas também perante o **declínio mais rápido de biodiversidade da história da humanidade**, naquilo a que já se designa como a era do Antropoceno. A taxa de extinção de espécies é 100 a 1000 vezes superior à verificada nas últimas dezenas de milhões de anos. Há vários anos que sabemos que foram ultrapassados os limites de sustentabilidade dos ecossistemas, mas, ao contrário das políticas de combate às alterações climáticas (alicerçadas na internalização do custo ambiental das emissões no preço dos produtos), ainda não fomos capazes de operar uma verdadeira mudança de paradigma na proteção da biodiversidade.

Para que essa mudança ocorra é urgente avançar para a concretização do **conceito inovador de remuneração dos serviços dos ecossistemas**. Isto é, além das matérias primas, temos de passar a medir, valorar e remunerar os outros serviços ambientais que nos são prestados pela natureza, tais como: a purificação do ar e dos recursos hídricos, a manutenção do solo, a reciclagem de nutrientes, a polinização de culturas ou sumidouro de gases com efeito de estufa.

Mas esta mudança conceptual tem de ter uma tradução na forma como avaliamos o desempenho económico dos países. A circunstância de não medirmos, no PIB, o capital natural, ajuda a explicar a forma silenciosa como este está a ser delapidado. Entre 1992 e 2013, a nível mundial, o capital financeiro duplicou, o capital humano aumentou 13% e o capital natural caiu 40%.

Assim, defendemos uma profunda alteração dos mecanismos contabilísticos, financeiros e orçamentais através da contabilização do capital natural na nossa contabilidade pública nacional (aproveitando metodologias internacionais já

desenvolvidas), da remuneração dos serviços dos ecossistemas e da compensação (através da fiscalidade, de transferências orçamentais e de créditos de biodiversidade) das populações que, vivendo em parques naturais e áreas protegidas, mais do que enfrentar um prejuízo económico e social, devem ser envolvidas nos benefícios da proteção ambiental. Este tipo de opção tem efeitos determinantes nas políticas de inclusão e de coesão territorial e é perfeitamente concretizável quer em termos práticos quer em termos jurídicos.

12. Proteger o Oceano e valorizar a economia azul

Nunca, como hoje, foram tão evidentes as pressões ambientais exercidas sobre os ecossistemas marinhos e costeiros – alterações climáticas, práticas de pesca e de transportes marítimos insustentáveis, poluição com plásticos (nas próximas três décadas, teremos mais plástico depositado no Oceano do que peixes) e sobreocupação da orla costeira. Essas pressões sobre o Oceano, em especial num contexto de forte crescimento populacional, têm consequências práticas: destroem os ecossistemas, prejudicam o nosso abastecimento alimentar e ameaçam a nossa própria existência. O Oceano não pode ser encarado como um mero fornecedor de alimentos e matérias primas ou como uma infraestrutura de transportes e de turismo – ainda que essa função seja essencial. O Oceano é, verdadeiramente, um dos grandes reguladores planetários prestando serviços ambientais insubstituíveis - produz metade do oxigénio da Terra; absorve mais de 90% do aumento da temperatura no Planeta induzido pelas emissões de gases com efeito de estufa (aumentando assim, os riscos de aumento do nível médio do mar); regula o clima; e os seus ecossistemas marinhos e costeiros oferecem proteção contra desastres naturais.

Por outro lado, nunca como hoje foi tão evidente o **potencial da economia azul**. Além da modernização dos setores tradicionais da economia azul – pesca, turismo, transportes marítimos e portos - é necessário apostar na nova geração de atividades da economia azul, como as energias renováveis (ondas, marés e eólica offshore), os recursos minerais, a aquacultura e a biotecnologia. É fundamental garantir que Portugal é capaz de reter a riqueza associada à economia do mar, evitando a mera concessão a entidades externas da exploração dos novos recursos.

Portugal tem a 3ª maior Zona Económica Exclusiva da UE e, com a extensão (em fase de decisão nas Nações Unidas) da nossa plataforma continental, a nossa responsabilidade atingirá 3,87 milhões de quilómetros quadrados (equivalente a 40

vezes a área de Portugal continental). Essa extensão da plataforma continental aumenta, de forma exponencial, as nossas oportunidades mas também as nossas responsabilidades e exige uma nova geração de políticas públicas capazes de tratar, num contexto cooperação internacional, o Oceano como um bem público global que, enquanto tal, tem de ser regulado, protegido e financiado.

Ora, mais do que abordagens fragmentadas e incoerentes - patentes na atual orgânica do governo - a proteção ambiental do Oceano e o conhecimento e a valorização dos seus recursos exigem, nesta nova fase, novos modelos de gestão política que assegurem o reforço da horizontalidade e transversalidade, nomeadamente, através de Conselhos de Ministros especificamente dedicados ao tema do Oceano, presididos pelo Primeiro-Ministro ou pelo Ministro da Presidência.

13.Aprofundar o projeto político europeu e promover a cooperação internacional

Portugal não pode abdicar do seu papel no **reforço da construção europeia**. Numa Europa que se aprofunda em reação às crises e aos choques externos, vale a pena sublinhar o aprofundamento do projeto europeu, ocorrido nas últimas duas décadas, em matérias como a segurança alimentar, as alterações climáticas, a energia, a política monetária e financeira, a gestão de riscos, a política externa e de segurança comum, as migrações e a cooperação internacional. Ora, no presente contexto – crise migratória e de refugiados, pandemia, inflação, aumento dos preços da energia e guerra na Ucrânia – é ainda mais importante avançar para uma melhor coordenação política e financeira.

Mas, a este notório aprofundamento na vertente económica e financeira e nas vertentes de política sectorial, terá de ser associado um aprofundamento da dimensão política União Europeia através do reforço do papel dos cidadãos. Temos de evoluir para uma união política dotada de instituições de governo que possuam uma nova legitimidade democrática e novas competências.

No âmbito do imprescindível equilíbrio entre Parlamento-Conselho-Comissão é fundamental aprofundar os mecanismos de co-decisão e reforçar a legitimidade democrática da Comissão Europeia. Não tendo a experiência de Spitzenkandidat (método segundo o qual escolha do Presidente da Comissão Europeia deveria recair no candidato previamente apresentado pelo partido político mais votado nas eleições para o Parlamento Europeu) sido bem sucedida, é necessário aproveitar o processo de eventual modificação dos Tratados para consagrar a eleição do Presidente da Comissão Europeia por sufrágio direto.

Por outro lado, é fundamental aumentar de forma muito significativa os recursos próprios da UE, hoje limitados a cerca de 1% do Rendimento Nacional Bruto. O

acréscimo orçamental é fundamental para a dinamização do crescimento e emprego na UE, para o investimento no conhecimento, na transição digital e climática e na resiliência face a choques externos e para a convergência entre todos os Estados-membros.

Devemos defender, sem hesitações, uma maior autonomia estratégica da União Europeia dotada dos instrumentos necessários para reforçar o seu papel no mundo e a sua projeção como ator global. Se dúvidas houvesse, a invasão da Rússia à Ucrânia veio reforçar a urgência e a necessidade de a UE assumir mais responsabilidades na segurança europeia e vizinhança a leste e de investir mais na sua defesa a 27. Manter a trajetória do alargamento a leste deve continuar a ser uma prioridade, mas devemos também equacionar um maior aprofundamento político nomeadamente no domínio da política externa e de segurança comum. Alargar e aprofundar não devem ser objetivos em contradição. Dificilmente a UE se afirmará como ator global sem se aprofundar mais nos domínios da política externa e da segurança e defesa.

Mas a nossa vocação não se esgota na UE. Portugal tem de ter uma política externa que valorize a comunidade de Portugueses espalhados pelo mundo; que valorize a nossa participação na NATO; que reforce a nossa relação de cooperação com os países em vias de desenvolvimento (comprometendo-se a aumentar a ajuda pública ao desenvolvimento dos embaraçosos 0,18%/GNI para os prometidos 0,7%), com especial destaque para os países da CPLP, para os países frágeis e para os pequenos Estados insulares; e que contribua para o reforço do multilateralismo.

Portugal não pode abdicar das suas responsabilidades no **reforço do multilateralismo** e na redefinição de uma nova arquitetura global. Com a pandemia de Covid-19, surgiu um teste prático às capacidades de cooperação internacional. Nunca como hoje foi tão visível a interdependência entre todos os países. Nunca como hoje foi tão notória a natureza multidimensional das crises. E, nunca como hoje, foi tão importante a solidariedade com os mais pobres e a coordenação

internacional nas respostas à crise sanitária e às consequentes crises social e económica.

É imperioso avançar para uma arquitetura global capaz de proteger, regular, medir e financiar os bens públicos globais, como a prevenção de pandemias, a resiliência da saúde global, a adaptação e mitigação das alterações climáticas, a segurança alimentar, a proteção da biodiversidade e do Oceano, a gestão da crise dos refugiados e das migrações forçadas, a segurança internacional face aos riscos de ciberterrorismo e a estabilidade do sistema financeiro. Essa nova arquitetura pressupõe a reforma e valorização das organizações multilaterais, a implementação vinculativa dos tratados internacionais e um novo equilíbrio na relação entre Estados que tenha em atenção que os países em vias desenvolvimento são os mais penalizados pelas consequências das crises globais.

3. Atualizar as linhas programáticas do PSD e clarificar a natureza do nosso relacionamento com os outros partidos

O PSD não enfrenta uma crise de identidade, mas enfrenta uma crise de modernidade.

Valores - como a liberdade, a igualdade e a solidariedade - e princípios - como o personalismo, a defesa do Estado de Direito, a salvaguarda dos Direitos, Liberdades e Garantias dos cidadãos, o pluralismo e garantia de livre expressão, a afirmação da sociedade civil, a tolerância e o direito à diferença, a valorização da paz, o reconhecimento do mérito, a valorização do liberalismo político e da livre iniciativa, o firme empenhamento na construção europeia - mantêm-se válidos.

Mas, sob pena de ficarmos para trás na ordem de preferência dos setores mais jovens e mais dinâmicos da sociedade, os eleitores esperam de nós uma clarificação e uma atualização. Uma clarificação sobre a natureza do nosso relacionamento com outros partidos e uma atualização das nossas linhas programáticas.

Começemos pela clarificação. Mais do que uma estéril e obsoleta discussão sobre o posicionamento do PSD como um partido de centro ou um partido de direita, é fundamental, num contexto em que o País tem sido liderado por forças conformistas, posicionar o PSD como o espaço amplo que une todos os reformistas e que agrega social-democratas e liberais-sociais. Que se distingue do PS, pela vocação reformista, pela valorização da iniciativa privada, pelo reconhecimento do mérito, pela defesa de um Estado - transparente e eficiente - que sirva os cidadãos e que tenha uma dimensão compatível com o nível de impostos que é aceitável cobrar e com os limites da sustentabilidade da dívida. Que se distingue de outros partidos à nossa direita com representação parlamentar, por não ser um partido de nicho, com reservas quanto ao combate às alterações climáticas e ao papel essencial do Estado

na provisão de serviços universais na saúde e na educação. E, principalmente, que não admite, em qualquer circunstância dialogar e negociar com forças populistas e extremistas. Consideramos esta uma questão central neste processo de clarificação interna. Em tempo útil, de forma praticamente isolada, o primeiro subscritor desta Moção alertou para os riscos da nossa ambiguidade na relação com o Chega. O resultado das eleições legislativas confirma que tinha razão. Lamentamos que, em 2020, muitos tenham ficado convenientemente calados e, ainda pior, venham agora definir o PSD como “a casa comum dos não socialistas”. Na casa do PSD não cabem racistas, xenófobos e populistas.

Mas além desta clarificação sobre a natureza da nossa relação com os outros partidos, existe outra tarefa ainda mais relevante. É chegado o momento de refundar o PSD na sua vertente programática, tal como fizeram, nos seus respetivos espaços políticos, Clinton em 1992 – refundando o Partido Democrata depois de 12 anos de liderança dos Republicanos-, Blair em 1994 - depois de 18 anos de liderança dos Conservadores-, ou Cameron em 2005 – depois de 13 anos de liderança dos Trabalhistas. Em todos estes casos, o processo de refundação permitiu que, a um longo período de oposição, se tenha seguido um longo período de governação.

Não podemos continuar a ler o mundo de forma desfocada. É urgente atualizar as linhas programáticas do PSD aprovadas em 2012. Passaram 10 anos e, nesta década, assistimos a mudanças globais sem precedentes: a crise das dívidas soberanas da zona euro, a crise dos refugiados da Síria, as tensões comerciais entre as grandes potências, a instabilidade nas cadeias de valor globais, a crise climática e da biodiversidade, a emergência dos ciberataques e, mais recentemente, a pandemia de Covid-19 e a guerra na Ucrânia. Mas na última década também assistimos a uma transformação, a um ritmo igualmente estonteante, na ciência, na inovação, na saúde, na sustentabilidade e no ativismo social. Quase 200 países subscreveram o Acordo de Paris para as alterações climáticas e mais de 100 comprometeram-se com objetivos de neutralidade carbónica até 2050. Uma revolução energética emergiu, com a massificação das energias renováveis, a aceleração da mobilidade elétrica e o início do fim da era do carvão e do petróleo. A digitalização e a economia da partilha mudaram a nossa forma de consumir, de comunicar, de transportar e até de votar, e

uma nova geração de empresas internacionais e nacionais destronou os incumbentes. As vacinas contra a Covid-19 foram descobertas em tempo recorde e a tecnologia blockchain proporcionou uma relação mais direta e confiável nas trocas comerciais e nas transações financeiras.

Este processo de acelerada transformação também foi acompanhado de uma queda abrupta da confiança na democracia, nas instituições, nos partidos e nos sindicatos. Não foi por mero acaso que os últimos grandes movimentos de ativismo global - Occupy, MeToo, Black Lives Matter e Fridays for Climate – passaram ao lado dos protagonistas habituais.

O mundo mudou e os partidos políticos portugueses não se atualizaram. Lançaremos um processo, aberto a toda a sociedade, de atualização das nossas linhas programáticas, a aprovar em Congresso Extraordinário, e acreditamos que a nossa capacidade de reconquistar a confiança dos portugueses depende desse passo.

2. Abrir e modernizar o PSD, tornando-o um partido-movimento orientado por causas.

O processo de refundação tem de ir além da vertente programática e exige **inovação na forma como nos organizamos e funcionamos internamente.**

Tal como em 74, quando contra todas as probabilidades nascemos e crescemos, o PSD terá de voltar a ter uma cultura de empreendedor – ou, utilizando uma terminologia mais atual, de start-up - e não de incumbente.

Seremos um partido-movimento, orientado por causas. Seremos um partido de eleitores e de militantes. Seremos um partido organizado matricialmente (conjugando a componente residencial e temática) e não apenas territorialmente. Seremos o partido que sairá das sedes e estará em contacto direto com os cidadãos, ouvindo-os, auscultando-os e envolvendo-os nos nossos processos de decisão interna. Seremos o partido mais avançado na aplicação das tecnologias digitais, do *big data* e da inteligência artificial, tanto nos processos de apoio à decisão como nos mecanismos de comunicação. Seremos o partido de referência na qualificação dos nossos representantes, instituindo, em parceria com instituições nacionais e internacionais, programas de formação em liderança de políticas públicas cuja frequência será obrigatória para todos os candidatos a eleições autárquicas, legislativas e europeias.

Seremos mais, seremos mais novos e seremos diferentes. Comprometemo-nos a aumentar significativamente o número de militantes; a dar mais poder aos militantes (o partido é deles, não é dos dirigentes); e a promover novas formas de participação de não militantes na vida interna do PSD, seja através do seu envolvimento no desenho de políticas, seja através do seu envolvimento nos nossos processos de decisão e de escolha interna.

Adotaremos um código de conduta aplicável a todos os militantes e eleitos do PSD.

E iremos mais longe na igualdade e na não discriminação de género, assumindo o objetivo de paridade entre homens e mulheres nos órgãos políticos internos e nas eleições autárquicas, europeias e legislativas. Valorizaremos o papel fundamental dos autarcas na definição das políticas públicas nacionais, recusando remetê-los à mera territorialização de medidas decididas em Lisboa. E, sim, seremos, o partido preferido pelos jovens.

Algumas das mudanças acima preconizadas carecem de medidas de gestão a promover pela Comissão Política Nacional. Outras exigem mesmo a revisão dos Estatutos a concretizar em Congresso Extraordinário a realizar em 2023, no decorrer do qual também se aprovarão as novas linhas programáticas do PSD.

3. Liderar uma oposição firme, inconformista, criativa e reformista ao governo socialista.

Os portugueses deram-nos um mandato claro e teremos de o honrar, dado que tanto no governo como na oposição se serve o interesse comum. **Mais do que mera oposição, seremos alternativa.** Seremos firmes no escrutínio do governo e na denúncia dos seus erros. Dentro e fora do Parlamento. E seremos audazes na formulação de alternativas. Dentro e fora do Parlamento.

Seguindo o modelo inglês, constituiremos um verdadeiro **governo-sombra** cuja composição será apresentada no Congresso do dia 4 de Julho. Ficam os Ministros e os Secretários de Estado do governo socialista a saber que, a partir de agora, terão uma marcação direta por parte dos Ministros-sombra e dos Secretários de Estado sombra do PSD. Não lhes daremos descanso, em nome do mandato que os portugueses nos conferiram. Portugal foi ficando para trás nos indicadores económicos e sociais e é do PS a principal responsabilidade pela situação em que Portugal se encontra – liderou o governo durante 14 dos últimos 20 anos. Foi responsável, durante a governação Sócrates, pelo sequestro de Portugal no défice e na dívida e pelo pedido de resgate que trouxe a austeridade e os sacrifícios aos Portugueses. Foi responsável, durante os últimos 6 anos por um autêntico governo de gestão, liderado por António Costa, que nem aproveitou os resultados das reformas estruturais que lhes deixámos em 2015, nem os ventos de cauda que sopraram entre 2016 e 2020, para realizar as reformas que nos tivessem colocado em melhores condições de enfrentar as consequências sociais e económicas dos novos choques globais – a pandemia, a inflação, a crise na Ucrânia e a escalada de preços da energia. Desenhou um Plano de Recuperação e Resiliência pós-Covid a pensar essencialmente no financiamento do Estado e não no financiamento da economia e no reforço da competitividade e da produtividade. E agora – quando nos deparamos com as consequências de três choques sucessivos (Covid19, inflação e guerra) - apresentou um Orçamento irrealista.

4. Unir o Partido e vencer todos os desafios eleitorais

O PSD tem de encarar o ciclo o próximo ciclo de 4 anos com **a ambição de vencer todas as eleições.**

No horizonte do mandato da nova Comissão Política Nacional, até 2024, apenas se disputarão as eleições regionais na Madeira, onde devemos ambicionar alcançar uma maioria absoluta do PSD, e as eleições Europeias, onde temos de assumir de forma clara o objetivo de vencer. A vitória nestes atos eleitorais é especialmente relevante atendendo ao à exigência de aprofundamento do projeto político europeu, de reforço da autonomia regional dos Açores e da Madeira e de superação dos problemas colocados pela insularidade, visando o desenvolvimento sustentável daquelas regiões.

E avançaremos, de imediato, para a atempada preparação do PSD para os atos eleitorais que terão lugar entre 2024 e 2026 - eleições regionais nos Açores (onde devemos ambicionar uma maioria absoluta do PSD), eleições autárquicas (onde o PSD terá de se voltar a afirmar como o maior partido do poder local) e eleições legislativas. Ainda que as eleições legislativas estejam previstas apenas para 2026, o PSD tem de se preparar de imediato para esse desafio eleitoral, discutindo e apresentando, num processo amplamente participado pelos militantes e pelos cidadãos em geral, uma nova geração de políticas públicas e de reformas estruturais capazes de colocar Portugal, em 2030, no topo dos indicadores e rankings de Desenvolvimento Sustentável, de Desenvolvimento Humano e de Bem-estar Social e acima da média europeia do PIB per capita (em paridades de poder de compra).

Uma sequência vitoriosa em todos as eleições previstas para os próximos 4 anos pressupõe verdade e inconformismo no diagnóstico dos problemas; inovação e reformismo nas soluções políticas apresentadas; e integridade e credibilidade dos nossos protagonistas. Mas pressupõe também uma dimensão prévia – **o espírito de unidade no Partido, para o qual todos temos a obrigação de contribuir.**